

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

ΑΤΑ

Ata da 60ª Sessão Ordinária, de 8 de agosto de 2024

(Sessão híbrida, realizada de forma presencial e por videoconferência, e transmitida pelo canal do TRE/GO no YouTube)

Presidente - Desembargador Eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga

Em oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 16:08, os Desembargadores Eleitorais Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás reuniram-se presencialmente e por videoconferência, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga. Estavam presentes no Plenário, Auditório Desembargador Geraldo Salvador na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Excelentíssimos Senhores Desembargadores Eleitorais: Luiz Cláudio Veiga Braga (Presidente); Ivo Favaro (Vice-Presidente e Corregedor Regional e Adenir Teixeira Júnior. Eleitoral): Peres Presentes, videoconferência, os Excelentíssimos Senhores Senhoras e Eleitorais **Márcio Antônio de** Desembargadores Sousa **Moraes** Júnior, Ana Cláudia Veloso Magalhães, Alessandra Gontijo do e Carlos Augusto Tôrres Nobre. Presente em Plenário o Excelentíssimo Senhor Marcello Santiago Wolff, Procurador Regional Fleitoral.

Havendo número regimental suficiente de Membros presentes, o Presidente da Corte cumprimentou a todas e a todos e declarou aberta a 60º (sexagésima) Sessão Ordinária, de 8 de agosto de 2024. Em seguida, deu início aos julgamentos, e, após o encerramento dos julgamentos, à deliberação sobre assuntos administrativos.

Julgamentos

Processos da pauta do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe):

1. RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-28.2024.6.09.0025

ORIGEM: MAIRIPOTABA - GO

ELEITORAL MÁRCIO RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR

RECORRENTE: UNIÃO BRASIL DE MAIRIPOTABA - GOIÁS

ADVOGADO: LEONARDO DE OLIVEIRA PEREIRA BATISTA -

OAB/GO: 23188

RECORRIDA: DESTAKE CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

ADVOGADO: LUCAS FREITAS GARCIA E ALMEIDA - OAB/GO:

49609

RECORRIDO: ADEMIR ANTÔNIO DE SOUSA

ADVOGADO: RICARDO MIRANDA BONIFÁCIO E SOUZA - OAB/GO:

34945

SUSTENTAÇÃO ORAL: o doutor Vinícius Vaz Araújo dispensou a oportunidade de fazer sustentação oral em nome do recorrido Ademir Antônio de Sousa, diante da informação do relator de que negaria provimento ao recurso eleitoral.

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso eleitoral, nos termos do voto do relator.

2 . AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CUMPRIMENTO DE SENTENCA Nο 0002116-33.2014.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATORA: DESEMBARGADORA ELEITORAL ANA CLÁUDIA **VELOSO MAGALHÃES**

AGRAVANTE: ESPÓLIO DE ÍRIS REZENDE MACHADO

ADVOGADO: ALEXANDRE ALENCASTRO VEIGA HSIUNG - OAB/GO

20045

ADVOGADO: ANNA VITORIA GOMES CAIADO - OAB/GO 21047

AGRAVANTE: ARMANDO VERGILIO DOS SANTOS JUNIOR

ADVOGADO: ALEXANDRE ALENCASTRO VEIGA HSIUNG - OAB/GO

20045

ADVOGADO: DANÚBIO CARDOSO REMY - OAB/GO 24919

ADVOGADO: LEONARDO OLIVEIRA ROCHA - OAB/GO 22140

AGRAVADA: PROCURADORIA DA UNIAO NO ESTADO DE GOIAS

DECISÃO: Na sessão do dia 27/6/2024, a doutora Anna Vitoria Gomes Caiado fez sustentação oral em nome do agravante. Espólio de Íris Rezende Machado.

Procurador Regional Eleitoral, doutor Marcello Santiago ratificou o parecer escrito. A desembargadora Ana Cláudia Veloso Magalhães, proferiu voto no sentido de acolher o parecer ministerial, conhecer e negar provimento aos agravos, para manter incólume a decisão monocrática. Os desembargadores eleitorais Adenir Teixeira Peres Júnior, Alessandra Gontijo do Amaral, Carlos Augusto Tôrres Nobre e Ivo Favaro acompanharam o voto da relatora. desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior solicitou vista dos autos. O presidente da Corte, desembargador eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga, aguarda a vista dos autos. Então, o julgamento foi suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 24/7/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 25/7/2024, turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Junior. Na sessão do dia 29/7/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 30/7/2024, turno matutino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 30/7/2024, turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 31/7/2024, turno matutino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 1º/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 5/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 7/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 8/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior.

3. AGRAVO INTERNO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0603034-46.2018.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATORA: DESEMBARGADORA ELEITORAL ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

AGRAVADO: FREDERICO FONSECA NASCIMENTO (ELEICAO 2018

- DEPUTADO ESTADUAL)

ADVOGADO: DIOGO ARAUJO ALVES - OAB/GO 29677

Na sessão do dia 27/6/2024, após a **DECISÃO:** manifestação oral do agravante, Ministério Público Eleitoral, pelo Procurador Regional Eleitoral, doutor Marcello Santiago Wolff, o julgamento foi suspenso com vista dos autos para a relatora, desembargadora eleitoral Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 24/7/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 25/7/2024, turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 29/7/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 30/7/2024, turno matutino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 30/7/2024, turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão 31/7/2024, turno matutino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 31/7/2024, turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 1º/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a relatora. Na sessão do dia 5/8/2024, a relatora proferiu voto no sentido de conhecer e dar provimento ao agravo interno para reformar a decisão recorrida reconhecendo a inexistência de prescrição em relação à sanção de recolhimento à conta do Tesouro Nacional do montante de R\$ 155.146,35 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos). determinação deste Regional а recolhimento da quantia citada ao Tesouro Nacional e deixando de cominar multa por litigância de má-fé. O julgamento foi suspenso com vista dos autos para o desembargador eleitoral Adenir Teixeira Peres Júnior. Os desembargadores eleitorais Alessandra Amaral, Carlos Augusto Tôrres Nobre, Ivo Favaro e Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior aguardam a vista

dos autos. O presidente da Corte, desembargador eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga, adiantou o voto acompanhando a relatora. Na sessão do dia 7/8/2024, o desembargador eleitoral Adenir Teixeira Peres Júnior proferiu voto-vista no sentido de acolher a preliminar arquida pelo agravante para reconhecer a nulidade da decisão agravada, a fim de que a eminente Relatora possa trazer oportunamente para julgamento colegiado os Embargos de Declaração opostos pelo agravado. Então, o presidente da Corte ouviu a relatora, que manteve o voto como lançado. O julgamento foi suspenso com vista dos autos para a desembargadora Gontijo Alessandra do Amaral. desembargadores eleitorais Carlos Augusto Tôrres Nobre, Ivo Favaro e Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior aguardam o pedido de vista. O presidente da Corte manteve o voto acompanhando a relatora, mas reservouse o direito de refluir. Na sessão do dia 8/8/2024, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos para a desembargadora eleitoral Alessandra Gontijo do Amaral.

4. SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600270-77.2024.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL IVO FAVARO

REOUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

REOUERIDO: PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

UNIFICADO (PSTU) - NACIONAL

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional de Goiás, unanimidade, em por procedente a representação e determinar a suspensão da anotação do órgão de direção estadual do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) de Goiás, com fundamento no artigo 47, inciso II, da Resolução TSE nº 23.604/2019, nos termos do voto do relator.

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO Nº 0600030-68.2024.6.09.0039

ORIGEM: SÃO LUIZ DO NORTE - GO

DESEMBARGADOR **MÁRCIO** RELATOR: ELEITORAL ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR

REOUERENTE: UNIAO BRASIL - SAO LUIZ DO NORTE - GO -

MUNICIPAL

ADVOGADA: SARA MARQUES DA COSTA - OAB/GO 68271

REOUERIDA: MARIA APARECIDA SILVESTRE FERREIRA

ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES ALVES - OAB/GO 0048618

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em julgar procedente o pedido inicial para decretar a perda do cargo eletivo de Maria Aparecida Silvestre Ferreira e determinar à Câmara Municipal de São Luiz do Norte-GO, por seu Presidente, que proceda à imediata posse, no cargo de Vereadora Municipal, da Senhora Jeronima Teles Fernandes Souza, nos termos do voto do relator.

6. CONSULTA Nº 0600666-54.2024.6.09.0000

ORIGEM: HIDROLÂNDIA - GO

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL **CARLOS AUGUSTO TÔRRES NOBRE**

INTERESSADO: BRUNO CHAVES SILVA

REQUERENTE: MUNICIPIO DE HIDROLANDIA

CONSULTADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em não conhecer da consulta, nos termos do voto do relator.

7. **PROCESSO** ADMINISTRATIVO NΩ 0600568-69.2024.6.09.0000

ORIGEM: PALMEIRAS DE GOIÁS - GO

ELEITORAL **MÁRCIO** RELATOR: **DESEMBARGADOR** ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR

REQUERENTE: JUÍZO DA 020º ZONA ELEITORAL DE PALMEIRAS

DE GOIÁS - GO

INTERESSADO: SIVORE VIEIRA DOS PASSOS MARQUES REOUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em deferir o pedido de renovação da requisição do servidor Sívore Vieira dos Passos Marques, para atuar na 20ª Zona Eleitoral de Goiás, com sede no município de Palmeiras de Goiás/GO, com fundamento na Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto do relator.

Nº 8. PROCESSO **ADMINISTRATIVO** 0600613-73.2024.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATOR: DESEMBARGADOR **ELEITORAL MÁRCIO** ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR

REQUERENTE: JUÍZO DA 146º ZONA ELEITORAL DE GOIÂNIA - GO

INTERESSADA: ISABELA BORGES CARVALHO ALVARES REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em deferir o pedido de renovação da requisição da servidora Isabela Borges Carvalho Álvares, para atuar na 146ª Zona Eleitoral de Goiás, com sede no município de Goiânia/GO, com fundamento na Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto do relator.

9. **PROCESSO** ADMINISTRATIVO Nο 0600057-27.2024.6.09.0047

ORIGEM: SÃO DOMINGOS - GO

RELATORA: DESEMBARGADORA ELEITORAL ANA CLÁUDIA **VELOSO MAGALHÃES**

INTERESSADO: JUÍZO DA 047º ZONA ELEITORAL DE SÃO

DOMINGOS - GO

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em autorizar as agregações de seções eleitorais, nos termos do voto da relatora.

10. **PROCESSO** ADMINISTRATIVO Nº 0600616-28.2024.6.09.0000

ORIGEM: ITAUCU - GO

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL **CARLOS AUGUSTO TÔRRES NOBRE**

REQUERENTE: JUÍZO DA 057º ZONA ELEITORAL DE ITAUCU - GO

INTERESSADA: PATRICIA SOUSA E SILVA

REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

DECISÃO: Na sessão do dia 8/8/2024, o presente processo administrativo foi retirado de julgamento pelo relator.

Assuntos Administrativos

Encerrados os julgamentos dos processos da pauta do sistema PJe, o Presidente da Corte, Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga, comunicou que determinou a distribuição de um opúsculo (pequena obra literária) aos Desembargadores Eleitorais, que será divulgado tanto neste Tribunal como no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). Trata-se de um artigo que está sob a organização de Sua Excelência e é de autoria do professor Ibsen Noronha, da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal. O Presidente da Corte informou que, a seu pedido, o autor escreveu referido artigo, cujo tema é o sesquicentenário (aniversário de cento e cinquenta anos) do TJGO, e a obra será oficialmente distribuída durante o Sarau Cultural do TRE/GO, no dia 23 deste mês.

Nada mais havendo a tratar, às **16:49** o Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral Luiz Cláudio Veiga Braga, Presidente, declarou **encerrada a 60º Sessão Ordinária**, que foi gravada em meio digital. E, para constar, eu, Maria Selma Teixeira, Coordenadora de Sessões Plenárias, redigi e assinei digitalmente esta ata, que será aprovada em sessão posterior e assinada digitalmente pelo Presidente. Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Goiânia/GO, 8 de agosto de 2024.

Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA**, **PRESIDENTE**, em 23/08/2024, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA SELMA TEIXEIRA**, **COORDENADOR(A)**, em 23/08/2024, às 22:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.trego.jus.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0881306** e o código CRC **A360548B**.

24.0.000012957-3 0881306v11